



A certificação Rainforest Alliance em uma propriedade rural no município de Tangará da Serra-MT

Fabiana Fantin Soares

Universidade do Estado do Mato Grosso, Brasil
fabiana.fantin@unemat.br

Oksana Aparecida de Lara Hungaro

Universidade do Estado do Mato Grosso, Brasil
loksana.hungaro@unemat.br

Rainforest Alliance certification in a rural property in the municipality of Tangará da serra-MT

RESUMO

A cadeia produtiva do agronegócio está cada dia mais exigente, requerendo que as propriedades garantam a qualidade e a procedência de seus produtos, nesse sentido a presente pesquisa descreve as consequências de se adquirir a certificação voluntária Rainforest Alliance em uma propriedade rural, mostrando os benefícios que ela pode proporcionar. Assim, a pesquisa faz uma descrição ampla e atual para o cenário da certificação Rainforest Alliance na bovinocultura, tendo como objetivo geral analisar as consequências provindas da certificação em uma propriedade rural. Foi desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e entrevista semiestruturada. Seus principais resultados indicam que a certificação atende o proposto dos três pilares da sustentabilidade: social, econ mico e ambiental. A temática do desenvolvimento sustentável relacionada, principalmente, à gestão ambiental nas organizações influencia na postura das empresas que buscam se adequar às normas ambientais para que possam competir no mercado, além de facilitar um intercâmbio comercial entre as empresas exportadoras, promove benefícios para a organização, no que diz respeito nos aspectos da produtividade e vantagem competitiva.

Palavras-chave: certificações, comércio internacional, competitividade, pecuária, sustentabilidade.

Abstract

The agribusiness production chain is increasingly demanding, requiring that properties guarantee the quality and origin of their products, in this sense, this research describes the consequences of acquiring voluntary Rainforest Alliance certification on a rural property, showing the benefits it can provide. Thus, the research makes a broad and current description for the scenario of Rainforest Alliance certification in cattle farming, with the general objective of analyzing the consequences of certification on a rural property. It was developed through bibliographic reviews and semi-structured interview with the responsible manager of the researched company. Its main results indicate that the certification meets the three sustainability pillars proposal: social,

economic and environmental. The topic of sustainable development related to environmental management in organizations influences the attitude of companies that are seeking to adapt the environmental standards, so that they can compete in the market, besides facilitating a commercial exchange among exporting companies, promotes benefits for the organization, with regards to aspects of productivity and competitive advantage.

Keywords: certifications, international commerce, competitiveness, cattle, sustainability.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento mundial é impulsionado pelo consumismo, o que gera a necessidade de maior produção agrícola e industrial, aumentando assim o uso dos recursos naturais. Araújo (2000) afirma que cada vez mais a população que precisa ser alimentada aumenta e os produtores de alimentos precisam se adaptar para suprir a necessidade populacional. Analisando dados fornecidos pela União dos Produtores de Bioenergia (UDOP, 2017), o Brasil é o segundo país que mais produz alimentos no mundo, e sua presença no sistema agroalimentar é indispensável.

Contudo de acordo com Machado et al. (2011), o aumento da produção vem acompanhado da evolução tecnológica que busca meios para produzir mais nas áreas de produção já existentes, diminuindo assim a necessidade de abertura da vegetação natural. O auxílio da tecnologia e o desenvolvimento de novos métodos de manejo além de evitar a abertura de novas áreas buscam também à preservação de demais recursos como energia, água, necessidade de mão de obra, de modo geral busca produzir e de forma eficiente, reduzindo os custos de produção e preservando o meio ambiente.

Com o avanço da produção juntamente com a tecnologia, segundo a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (ABIEC, 2018), a exportação brasileira de carne bovina atingiu o ano de 2017, com uma receita de US\$ 6,2 bilhões, crescimento de 13% em relação a 2016. Já em volume, os embarques somaram 1.533 mil toneladas, avanço de 9% antes o mesmo período do ano anterior. Os números mostram a força do Brasil como o principal fornecedor de carne bovina para o mundo e revelam a capacidade da cadeia de reagir e aperfeiçoar seus modelos produtivos para atender as necessidades do mercado.

De acordo com os dados do Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso (INDEA/MT), existem 107,5 mil propriedades de produtores de bovinos de corte em Mato Grosso, e, em média o tamanho dessas propriedades é de 236,5 hectares segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com o efetivo de bovino de 24,3 milhões de cabeças (IMEA, 2018).

A produção de carne acompanha o desenvolvimento e, aumenta assim a cada ano. Com isso pensando na preservação, qualidade, gestão eficiente e padronização de processos surgem as certificações que tem o papel de auxiliar as organizações no melhoramento das empresas, sejam essas certificações compulsórias ou voluntárias, na qual a compulsória é obrigatória e a voluntária é opcional e é vista para as empresas e consumidores como um diferencial. É um compromisso voluntário da organização no sentido de adotar um comportamento social e

ambiental, fundado em normas padronizadas e reconhecidas nacional ou internacionalmente. Em vários países, além das exigências normativas, as restrições de mercado e as certificações, vêm forçando as empresas a adotarem programas de gerenciamento ambiental como requisito de expansão ao mercado externo (VIDIGAL, 2015).

Considerando o cenário agropecuário, a sustentabilidade na pecuária bovina é tema recorrente nas discussões sobre o agronegócio brasileiro. Se, de um lado, a atividade é atribuída à emissão de Gases do Efeito Estufa (GEE), de outro, várias iniciativas têm sido implementadas para promover sua produtividade e reduzir os impactos ambientais provindos dessa atividade (CARVALHO, 2007).

O Ministério da Agricultura informou que mais 25 frigoríficos brasileiros foram autorizados a vender carne para a China, país que tem alto nível de exigências para importar carnes. Com isso, o total de empresas habilitadas para exportação passa de 64 para 89, dentre esses frigoríficos estão elencados os pertencentes ao município de Tangará da Serra- MT (ANDRADE, 2019).

O Instituto Biodinâmico (IBD) certifica a produção sustentável na unidade rural pesquisada. O município possui a primeira fazenda pecuária do mundo a conquistar a certificação Rainforest Alliance, por meio de ações de programas educacionais e proteção ao meio ambiente, promovendo a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida dos seus colaboradores e compradores. A propriedade rural leva o selo verde de segurança alimentar e sustentabilidade para cada vez mais produtos de qualidade aos seus clientes (RAINFOREST, 2017).

A certificação Rainforest é conhecida por possuir diversos princípios que buscam aumentar a produtividade respeitando e preservando o meio ambiente, além disso a certificação atende diversas áreas do agronegócio, tendo assim uma vasta diversidade de critérios para a sua implantação. Sendo assim, o presente artigo abordará a certificação voluntária Rainforest Alliance no setor da agropecuária. A unidade utilizada para efetuar a pesquisa é uma propriedade rural, localizada no município de Tangará da Serra- MT.

Contextualizando o cenário “a produção pecuária vem expandindo gradualmente a cada ano”. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o crescimento do consumo de carne bovina por habitantes é de 56,7 kg/hab./ano, em uma projeção de 215 milhões de pessoas em 2028. De acordo com a certificação Rainforest Alliance, a produção pecuária gera até um terço dos gases de efeito estufa global que levam à mudança climática, entretanto propriedades rurais que buscam produzir de maneira sustentável aderem a critérios rigorosos de certificações que visam à sustentabilidade do negócio. Empresas que compram o produto da pecuária buscam fornecedores que possam garantir a qualidade do produto, nesse sentido as certificações prometem garantir padrões de qualidade e conformidade, assim preocupando-se com o meio ambiente. Portanto, surge a seguinte problemática: Quais as consequências que a certificação Rainforest Alliance proporciona a uma empresa do ramo pecuário?

Supõe-se que por meio da pesquisa será possível apontar que a certificação Rainforest Alliance assegura vários benefícios para as empresas no ramo pecuário, como medir melhorias para os resultados de sustentabilidade, rastreabilidade, produtividade, padronização de processos.

O objetivo do artigo consiste em analisar as consequências provindas da certificação Rainforest Alliance em uma propriedade rural do município de Tangará da Serra – MT, para atender tal objetivo utilizou-se os seguintes objetivos específicos: descrever os padrões exigidos pela certificadora; e descrever resultados socioambientais obtidos através da implantação da certificação.

O estudo consiste em demonstrar as alterações que ocorreram na propriedade após a adoção da certificação, analisando os pré-requisitos exigidos pela certificação durante a fase de implantação até a consolidação da mesma, considerando os aspectos, sociais e ambientais.

CERTIFICAÇÕES

A certificação tem como principal instrumento a identificação de conformidade com padrões estabelecidos. Uma empresa certificada promove o comprometimento com a qualidade aos seus clientes, o seu negócio tenha uma melhoria com método gerencial, assegura eficiência e eficácia, além de reduzir perdas e melhora sua produtividade, os clientes ficam mais confiantes em comprar os produtos, e assim tornando a organização altamente competitiva com produtos em conformidade as normas técnicas (PALMIERI, 2008).

Certificação de produtos, processos, serviços, sistemas de gestão e pessoal é, por definição, realizada por terceira parte, isto é, por uma organização independente, acreditada pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização Qualidade Industrial (INMETRO), para executar a avaliação da conformidade de um ou mais destes objetos. Ao acreditar um organismo de certificação, o Inmetro o reconhece competente para avaliar um objeto, com base em regras preestabelecidas, na maior parte das vezes, pelo próprio Inmetro (INMETRO, 2019).

Para Züge (2003), a certificação pode ser definida como um instrumento para as empresas gerenciarem e garantirem a qualidade de seus produtos, além de informar e garantir aos consumidores que os produtos certificados possuem os atributos procurados, atributos esses, muitas vezes, intrínsecos e imperceptíveis externamente. Spers (2003) corrobora afirmando que a certificação pode ser entendida como um sistema de coordenação vertical de cadeias produtivas, visando a garantia de qualidade do produto ou processos, de acordo com as necessidades específicas dos consumidores, sejam estes imediatos ou finais.

Uma certificação seja de produto ou processo, tem a capacidade de atribuir ao consumidor informações objetivas sobre a qualidade de um determinado produto, trazendo assim o instrumento de redução de custo da informação ao consumidor e, logo, de custos de combinação entre os elos da cadeia produtiva. As certificações estão classificadas em dois tipos:

Certificação Compulsória: É uma certificação obrigatória para que o produto da empresa seja comercializado, é regulamentada por lei, para a segurança, saúde e meio ambiente, sem o selo de obrigação nenhuma empresa poderá vender os produtos industrializados. Geralmente essa certificação é fiscalizada pelos órgãos como INMETRO e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). As questões de segurança têm maior priorização, para o interesse do país e do cidadão, abrangendo as questões relativas aos animais, vegetais, proteção da saúde, do meio ambiente e temas correlatos (INMETRO, 2019).

Certificação Voluntária: Voluntária é de ação espontânea, quando a iniciativa parte do produtor, para que o produto se torne um diferencial perante a competitividade do mercado, agregando valor, atraindo um consumidor exigente e conseqüentemente aumentando sua participação do mercado. A cada dia essas certificações estão sendo mais atraídas pelo mercado, pois os consumidores estão cada vez mais exigentes e preocupados com a saúde, e a sustentabilidade. É uma norma consensual, estabelecida após análises, auditorias e pesquisas de padrões sociais, emitida por uma organização não governamental, mas devidamente acreditada e credenciada pelos órgãos governamentais (ICEPEX, 2019).

A certificação voluntária é decisão exclusiva do solicitante e tem como objetivo garantir a conformidade de processos, produtos e serviços às normas elaboradas por entidades reconhecidas no âmbito do INMETRO. Portanto, a certificação voluntária, no âmbito do Sistema Brasileiro de Certificação (SBC), deve ser executada com base nas normas brasileiras, regionais ou internacionais, dentro do conceito de níveis de normalização. Em situações específicas, normas estrangeiras e de consórcios podem também ser utilizadas (INMETRO, 2019).

Para evitar problemas relacionados, principalmente à segurança dos alimentos, atores públicos e privados incentivaram o desenvolvimento de medidas de controle mais estritas para a produção e importação de alimentos e matéria prima.

O empresário que busca uma certificação voluntária usa-a como uma opção de estratégia para a empresa, pois agrega valor ao seu produto e diferenciação nos processos, acessando mercados específicos e remuneração diferenciada. O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2019) apresenta alguns benefícios sem se obter uma certificação voluntária, os quais não se restringem apenas a empresa, mas beneficiam também os consumidores.

a) Benefícios para as Empresas: os produtos e serviços são mais competitivos em relação aos que não têm certificação no mercado; licitações públicas possuem requisitos que exigem certificações; otimização dos processos a fim de reduzir desperdícios e custos.

b) Benefícios para os Consumidores: assegura a autenticidade e a qualidade dos produtos e serviços adquiridos; proporciona maior confiança em relação aos aspectos sustentáveis; transparência e rastreabilidade nos produtos e serviços.

Existem quarenta objetos que podem obter certificação voluntária, entre serviços, processos, sistemas, pessoas e produtos. Dentre os itens citados alguns estão na área de sustentabilidade agropecuária como, por exemplo, produção integrada agropecuária, manejo florestal sustentável, cursos de auditores de sistema de gestão ambiental, cadeia de custódia para produtos de base florestal (INMETRO, 2019).

Abordando as certificações voluntárias faz-se necessário citar a International Organization for Standardization (ISO), que consiste em uma organização que visa definir padrões aceitos mundialmente proporcionando assim melhor qualidade e similaridade entre produtos, processos e serviços para as empresas que possuem tal certificação. No Brasil, a organização está ligada à Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), instaurando um padrão que não só eleva a competitividade das empresas, mas redefine os procedimentos, tornando-a um referencial (ISO, 2019).

A ISO desenvolveu mais de 22.812 padrões internacionais e todos estão incluídos no catálogo de padrões ISO, os três padrões mais vendidos segundo a ISO (2019) são:

ISO 22000:2018 - Sistemas de gestão de segurança de alimentos que fornecem a capacidade de alimentos e produtos ou serviços seguros que atendam aos requisitos estatutários e regulamentares aplicáveis ao cliente.

ISO 9001:2015 - Sistemas de gestão da qualidade, ela se baseia nos princípios da gestão da qualidade, visto que os princípios são: foco no cliente, liderança, engajamento de pessoas, abordagem de processo, melhoria, tomada de decisão baseada em evidências e gerenciamento de relacionamento. Ajuda a garantir aos clientes produtos e serviços consistentes e de boa qualidade, o que, por sua vez, traz muitos benefícios comerciais.

ISO 14001:2015 - Sistemas de gestão ambiental, a referida norma busca auxiliar as organizações na identificação e no gerenciamento dos impactos ambientais oriundos de seus processos produtivos, e assim alcançar os resultados pretendidos, que agregam valor ao meio ambiente, à própria organização e às partes interessadas. Consistentes com a política ambiental da organização, os resultados pretendidos de um sistema de gestão ambiental incluem: melhoria do desempenho ambiental; cumprimento de obrigações de conformidade; e consecução dos objetivos ambientais.

Destina-se ao uso por uma organização que busca gerenciar suas responsabilidades ambientais de maneira sistemática que contribua para o pilar ambiental da sustentabilidade.

As normas da série ISO 14000 também estabelecem as diretrizes para as auditorias ambientais, avaliação de desempenho ambiental, rotulagem ambiental e análise do ciclo de vida dos produtos, possibilitando a transparência da organização e de seus produtos em relação aos aspectos ambientais, viabilizando harmonizar os procedimentos e diretrizes aceitas internacionalmente com a política ambiental por ela adotada (NASCIMENTO, 2012).

Certificação voluntária agrícola é um caminho, não somente como forma de agregação de valor, mas principalmente como forma de acesso a mercado e melhoria na gestão interna da empresa rural (BETARELLO, 2019). Alguns exemplos de protocolos de certificações citados por Bettarello (2019):

Orgânico: Focado na produção sem o uso de agrotóxicos, pode-se certificar diversos produtos alimentícios como carnes, hortifruti e lácteos.

Fair Trade: Norma internacional, com distintas linhas e selos. Possui definição de preço mínimo para o produtor para as vendas de produtos. Focado na produção familiar e comércio justo. Principais culturas certificadas são café e cacau.

EUREPGAP: Protocolo criado por empresas consumidoras, foco na segurança alimentar dos produtos consumidos.

ISO: Um dos mais antigos e difundidos sistemas de certificação no mundo. Ampla normativa com diversos selos específicos que vão desde a qualidade do produto, parte ambiental, gestão de resíduos, entre outros.

Bom Sucro: Protocolo criado por empresas do setor sucroalcooleiro com foco na área socioambiental da produção de açúcar e álcool.

UTZ: Protocolo internacional, derivado originalmente do Eurepgap, baseado em rastreabilidade e segurança alimentar de seus produtos. Também leva em conta a parte socioambiental do empreendimento.

RTRS (Associação Internacional de Soja Responsável): Protocolo criado por representantes de toda cadeia da soja para colaborar com uma produção responsável.

Rainforest Alliance: Norma internacional, organizada pela RAS (Rede de agricultura Sustentável) e aplicada em diversos países do mundo. Focado em uma ampla avaliação das condições socioambientais da propriedade. Principais culturas certificadas são: Café, Cacau, Uva, banana, chá e Pecuária.

RAINFOREST ALLIANCE

A Rainforest Alliance (2017) é uma organização não governamental internacional sediada na cidade de Nova York, fundada em 1987 por Daniel Katz, atualmente é presidente do conselho e ex-presidente da Rainforest Alliance. O objetivo da certificação é criar um futuro melhor para as pessoas e a natureza, tornando os negócios responsáveis, e assim trabalhando para promover a conservação da biodiversidade e meios de subsistência sustentáveis em todo o mundo. Seu primeiro programa de certificação florestal sustentável do mundo surgiu em 1989 para incentivar o gerenciamento orientado pelo mercado e ambientalmente e socialmente responsável de florestas, fazendas de árvores e recursos florestais.

Hoje em dia, 7 milhões de hectares são certificados de acordo com os padrões de sustentabilidade, mais de 2 milhões de agricultores usando os métodos projetados para melhorar os meios de subsistência e proteger o meio ambiente, 60 nações de programas de

sustentabilidade ou produtos certificados, encontra-se 130 nações disponíveis para comprar produtos com selo Rainforest Alliance (RAINFOREST ALLIANCE, 2017).

O símbolo da certificação é um sapo verde para que os consumidores reconheçam como uma alegoria da sustentabilidade ambiental, social e econômica. Os sapos são espécies indicadoras, o que significa que eles são um símbolo da saúde ambiental, e são encontrados em todos os continentes, exceto na Antártida, o selo de certificação indica que uma empresa agrícola, florestal ou turística foi auditada para atender os padrões (RAINFOREST, 2017).

Rainforest Alliance, atualmente, é representada no Brasil pelo Imafloa, apoia o produtor na melhoria contínua da gestão da propriedade e aumento da eficiência e produtividade, além de ajudá-lo a conservar os recursos naturais e garantir os direitos e bem-estar dos trabalhadores rurais. "Elas são produtoras super engajadas em sustentabilidade, lideranças nas decisões das fazendas. Participam de treinamentos e capacitação, fazem baixo uso de agrotóxicos e possuem conhecimento sobre manejo de pragas e da lavoura", conta Tharic Galuchi, coordenador de Certificação Agrícola do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (IMAFLOA, 2019).

Princípios Rainforest Alliance na agropecuária

A missão da Rainforest Alliance é conservar a biodiversidade e garantir meios de subsistência sustentáveis, transformando práticas do uso de solo, práticas de negócios e comportamento dos consumidores (RAINFOREST, 2017).

Mesmo que a certificação seja voluntária existem padrões exigidos pelas certificadoras que devem ser cumpridos pelas empresas. Os padrões variam de acordo com a certificação e a área que será atendida. Referindo-se à Rainforest Alliance os padrões exigidos para o setor agropecuário baseiam-se em cinco princípios:

Princípio 1: Sistema eficaz de planejamento e gestão;

Princípio 2. Conservação da biodiversidade

Princípio 3. Conservação dos recursos naturais;

Princípio 4. Melhores meios de vida e bem-estar humano;

Princípio 5. Produção de pecuária sustentável (aplicado somente para o escopo da certificação pecuária) (RAINFOREST, 2017).

Dentro de cada princípio citado anteriormente existem 146 critérios de exigências, sendo divididos em dois grupos: 1) Critérios Críticos e 2) Critérios de Melhoramento Contínuo.

As regras que uma fazenda individual ou um administrador de grupo precisam cumprir para obter ou manter-se certificado pela Rainforest Alliance são dispostas em documentos que as descrevem apontando o nível de criticidade e de melhoramento necessário, incluindo a descrição de direitos e obrigações das organizações auditadas e certificadas, desde o momento da aplicação, até que o certificado da organização seja outorgado, suspenso ou cancelado (RAINFOREST, 2017).

Ainda de acordo com o site da empresa Rainforest Alliance (2017), os documentos trazem apontadas as obrigações e direitos de acordo com critérios que são considerados para se obter e manter o selo da certificação, por exemplo, existem documentos específicos pontuando: lista para gestão de pesticidas; normas para a agricultura sustentável; regras de certificação para fazendas e administradores de grupos; requisitos de jornada de trabalho; requisitos de PH da água adaptados para Brasil; requisitos de pulverização aérea para Brasil; norma de cadeia de custódia; e países autorizados para atividades de auditoria e de certificação de fazendas individuais e administradores de grupo.

Benefícios Rainforest Alliance

Com a certificação ocorre o aprimoramento da gestão com um olhar atento à legislação trabalhista e foco na conscientização da equipe sobre higiene, saúde e meio ambiente. Sob a orientação da norma NR-31 e a observância do uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), administradores e trabalhadores têm condições de trabalho e infraestrutura adequadas melhorando o rendimento da equipe (IMAFLORA, 2019).

Para Galuchi (2017), os cuidados com agroquímicos e realização de exames médicos regulares são indispensáveis para a área de saúde e segurança, além da infraestrutura. Com isso ajuda a reduzir riscos e desperdícios tanto na fertilização do solo quanto proteção da lavoura.

Segundo IMAFLORA (2019), na gestão da certificação ainda são observados planos de atividades anuais, expectativas, rastreabilidade, treinamento de pessoal, controles e procedimentos e os registros. Ou seja, o negócio deve ter uma administração profissionalizada.

A conservação do ecossistema, sem desmate, a adequação ao código florestal, o uso racional e não contaminação da água, proteção e recuperação de solo e o tratamento de resíduos são vistoriados periodicamente pela certificadora, assim como os outros itens. Finalizando, a certificação também garante que o produtor utilize boas práticas agrícolas, seja recuperando a fertilidade do solo e de matas, usando adequadamente os agroquímicos e mantendo a biodiversidade (IMAFLORA, 2019).

Outro benefício apontado pela Rainforest Alliance (2017) é a busca pela redução das emissões dos gases de efeito estufa causada por práticas agrícolas relacionadas com o uso de energia, fertilizantes e pesticidas, bem como as emissões de metano, e ao mesmo tempo manter ou promover as reservas de carbono no solo, floresta e outra vegetação dentro da fazenda.

Os padrões da certificação auxiliam os produtores a se tornarem mais produtivos, melhorando os muitos aspectos sociais, ambientais e econômicos de suas fazendas, protegendo os direitos humanos e trabalhistas para os trabalhadores e suas famílias (RAINFORREST ALLIANCE, 2017).

Em fazendas certificadas o gado é criado de acordo com práticas responsáveis. As fazendas acompanham os animais e tem programas de nutrição e saúde do rebanho que respeitam as restrições estabelecidas pela Rainforest Alliance para substâncias proibidas. As

pastagens são selecionadas e manejadas com base em parâmetros agroecológicos, resistência a pragas, valor nutricional e taxas de produção, para garantir ótimo crescimento e evitar a degradação das pastagens (RAINFOREST ALLIANCE, 2017).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa qualitativa preocupa-se, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009). Nesse contexto, a pesquisa se enquadrou como qualitativa por ter abordado em detalhes o fenômeno certificação Rainforest Alliance em um caso real, analisou-se uma propriedade rural, e assim buscou compreender quais as consequências da certificação para a organização.

O estudo obteve cunho descritivo, pois exigiu uma série de informações sobre a certificação pesquisada, e exigiu descrever os fatos e fenômenos que as compõem, ou seja, as normas utilizadas dentro da Rainforest Alliance. Segundo Rodrigues (2007), na pesquisa descritiva os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem interferência do pesquisador, com uso de técnicas padronizadas de coleta de dados.

A pesquisa também teve características que as enquadrou como estudo de caso, por ter estudado uma determinada unidade rural, e assim examinou as consequências que a certificação Rainforest Alliance trouxe dentro dos três pilares da sustentabilidade: social, econômica e ambiental. Segundo Fonseca (2002), o estudo de caso pode decorrer de acordo com uma perspectiva interpretativa, que procura compreender como é o mundo do ponto de vista dos participantes, ou uma perspectiva pragmática, que visa simplesmente apresentar uma perspectiva global, tanto quanto possível completa e coerente, do objeto de estudo do ponto de vista do investigador.

Os dados foram coletados por meio de entrevista, com foco nos objetivos específicos da pesquisa e assim utilizou questões mais flexíveis para obter as respostas. As informações necessárias foram coletadas em entrevista que teve como fonte de informação o gestor responsável pela certificação na propriedade. Segundo Campos (2008), na entrevista semiestruturada as questões são apresentadas ao entrevistado de forma mais espontânea, tendo sequência livre, dependendo do rumo do diálogo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Descrever os padrões exigidos pela certificadora

Para atender o primeiro objetivo específico, primeiramente foram analisados arquivos s certificações, posteriormente ocorreu uma entrevista com a responsável a qual informou que a certificadora exige 146 critérios, entretanto os principais critérios são os de níveis críticos, “tem alguns critérios críticos que você precisa atingir 100%, você pode atingir 99%, mas os críticos tem que ser 100%, se não eles não aceitam” contudo todos são baseados nos seguintes princípios:

1-Sistema eficaz de planejamento e gestão: Este princípio promove a área de impacto “Produtividade e rentabilidade da fazenda” e também dá apoio a outras áreas de impacto (conservação da biodiversidade, conservação dos recursos naturais e melhoramento dos meios de vida e bem-estar humano). Inclui uma seção de requisitos para a gestão dos membros de grupo dos Administradores de Grupos;

2-Conservação da biodiversidade: Este princípio visa ajudar a prevenir o desmatamento e proteger a biodiversidade, os ecossistemas naturais e as áreas de alto valor de conservação dentro e ao redor de fazendas certificadas;

3-Conservação dos recursos naturais: Este princípio visa garantir a saúde do solo e da água, assim como reduzir o uso de agroquímicos e combustíveis fósseis;

4-Melhores meios de vida e bem-estar humano: Seguindo os critérios deste princípio a Norma RAS pretende proteger os direitos humanos e trabalhistas para os trabalhadores e suas famílias;

5-Produção de pecuária sustentável: A implementação dos critérios deste princípio ajuda as fazendas a criar gado de forma a não prejudicar o meio ambiente, a apoiar o aumento da produtividade e a garantir uma vida livre de estresse para o animal. (aplicado somente para o escopo da certificação pecuária) (RAINFOREST, 2017).

Os critérios críticos mencionados pela entrevistada dividem-se em 45, que contém menos critérios críticos para pequenos produtores, seis critérios críticos adicionais para fazendas pecuárias e dois para administradores de grupos. os quais se dividem de acordo com os princípios da certificação e estão descritos no quadro 1.

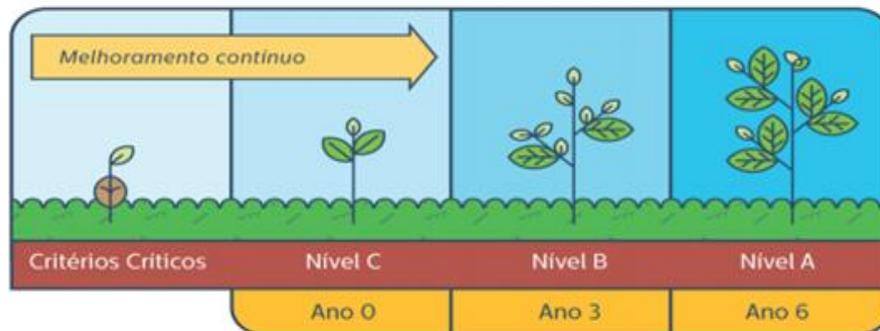
Quadro 1: Critérios críticos da avaliação.

Número	Critérios Críticos
1.1	Avaliação inicial da fazenda;
1.2	O produto vendido não excede o volume colhido;
1.3	Evita-se a mistura de produtos certificados com produtos não certificados;
1.4	Avaliação de Impacto Ambiental e Social (ESIA, por suas siglas em inglês) para conversões consideráveis de terra ou novas infraestruturas importantes na fazenda;
1.5	Os fornecedores de serviços são selecionados por seu cumprimento com os critérios críticos RAS aplicáveis, que são monitorados;
1.6	Compromisso gerencial com a implementação da Norma <i>Rainforest Alliance</i> e o cumprimento com as leis pertinentes.
Para Administradores de grupos somente:	
1.13	Registro de inscrição de todos os membros;
1.14	Cumprimento dos membros com a Norma <i>Rainforest Alliance</i> .
2.1	Não destruição de áreas de Alto Valor para a Conservação desde novembro 2005;
2.2	Não conversão de florestas e outros ecossistemas naturais nos últimos cinco anos ou depois de janeiro de 2014;
2.3	Não há efeitos negativos sobre as áreas protegidas;
2.4	Ausência de caça.
3.1	As águas residuais cumprem com os parâmetros de qualidade;
3.2	O esgoto não é descarregado em ecossistemas aquáticos;
3.3	Desenvolvimento e implementação de um plano de Manejo Integrado de Pragas (MIP);
3.4	Não são usados os pesticidas proibidos pela <i>Rainforest Alliance</i> e só serão aplicados os que estiverem legalmente registrados;
3.5	Condições para a pulverização aérea;
2.6	Os cultivos certificados <i>Rainforest Alliance</i> não contêm OMG;
3.7	Não são utilizados esgoto em atividades de produção ou de processamento.
4.1	Não há trabalho forçado;
4.2	Não há maltrato aos trabalhadores nem há assédio sexual;
4.3	Não há discriminação;
4.4	Há liberdade de associação e negociação coletiva;
4.5	Pagamento do salário mínimo;
4.6	Não são praticadas as piores formas de trabalho infantil;
4.7/4.8	Não são contratadas crianças (menores de 15 anos) e condições para jovens trabalhadores (15 a 17 anos);
4.9	Não há prática de evitar o pagamento de benefícios legais;
4.10	Existência de mecanismos de reclamações para os trabalhadores;
4.11	São trabalhadas 48 horas regulares com um dia de descanso por semana;
4.12	Regulamento para as horas extras;
4.13	Acesso a água potável;
4.14	Condições básicas para moradia;
4.15	Desenvolvimento e implementação de um plano de Saúde e Segurança Ocupacional;
4.16	Uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI);
4.17	Capacitação em riscos relacionados aos pesticidas para aqueles que os manipulam;
4.18	Aqueles que manipulam os pesticidas devem tomar banho depois de aplicação;
4.19	Evitam-se tarefas arriscadas para mulheres grávidas e lactantes;
4.20	Direitos legítimos de uso da terra;
Somente para escopo de certificação pecuária:	
5.1	Estadia mínima de 6 meses dos animais em fazendas certificadas; condições para as outras etapas da vida do gado;
5.2	Existência de registros de identificação dos animais;
5.3	São proibidos os animais clonados;
5.4	Os animais não são maltratados;
5.5	O gado não se alimenta com substâncias proibidas;
5.6	Não são utilizadas as substâncias químicas proibidas para o gado.

Fonte: *Rainforest Alliance*, (2017).

Contudo a certificação ainda possui demais critérios, os quais são denominados “critérios de melhoramento contínuo”, sendo os mesmos parte dos processos, e precisam se manter atualizados buscando a melhoria contínua, conforme descreve a imagem 1 (RAINFOREST,2017).

Imagem 1: Melhoramento contínuo:



Fonte: *Rainforest Alliance*, (2017).

O Sistema de Melhoramento Contínuo Rainforest Alliance, (2017) contém critérios focados nas seguintes áreas:

1. sistemas eficazes de planejamento e gestão;
2. vegetação nativa;
3. manejo de vida silvestre;
4. manejo e conservação de solos;
5. conservação da água;
6. qualidade da água;
7. manejo integrado de pragas;
8. manejo de pesticidas;
9. manejo de resíduos;
10. energia e emissões de gases efeito estufa;
11. condições de emprego e salariais;
12. salário decente e necessidades essenciais;
13. saúde e segurança ocupacional;
14. relações com a comunidade.

O Sistema de Melhoramento Contínuo da Rainforest Alliance garante que os empreendimentos certificados alcancem melhores níveis de desempenho, e ao mesmo tempo dá flexibilidade suficiente para promover e apoiar ações orientadas a maior sustentabilidade (RAINFOREST,2017).

Assim o primeiro objetivo específico foi atendido, tendo descrito quais são os critérios e os padrões da certificação, apresentando a diferença existente entre os padrões críticos e os de melhoria contínua.

Descrever resultados socioambientais obtidos através da implantação da certificação

Para atender o segundo objetivo específico também foram feitas análises dos princípios da certificação e posteriormente foi feita a comparação entre o que a certificação exige e como tal fator é trabalhado na empresa pesquisada. Assim cada análise foi desenvolvida considerando os princípios da certificação de forma separada.

Referindo-se ao primeiro princípio que fala sobre o planejamento eficaz e sistema de gestão, da certificação Rainforest Alliance, e que tem como objetivo ajudar os produtores a se tornarem mais produtivos, melhorando aspectos sociais, ambientais e agrônômicos de suas fazendas. Para atingir esse objetivo, a operação certificada implementa um sistema integrado de planejamento e gestão, estabelecendo procedimentos e sistemas para garantir a melhoria contínua em seu caminho rumo a uma agricultura sustentável (RAINFORREST, 2017).

Nesse sentido a entrevistada declarou que a empresa teve dificuldades em adotar os critérios que são exigidos também pela legislação aos colaboradores por ser na área de pecuária, pois a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT) não desenvolve a fiscalização necessária e como o gado precisa de cuidados o tempo todo o controle de horas dos colaboradores se torna complexo “Então a dificuldade maior é isso, acho que controla isso tudo com a legislação sabendo que a CLT não olha para isso. Eles não querem saber que quem fez a lei vai falar que deu a hora vai embora, aí quebrou o caminhão não conseguiu tratar o gado. E o gado jogado até amanhã, só amanhã que volta para tratar não, não tem o que fazer, e aí esse controle de hora é muito difícil, a hora você controla, nós temos aqui fixo uns 30 e poucos colaboradores mais 20 que são terceiros, em torno de 50 ali na fazenda, se você olhar precisa mais ainda, porque aí você me perguntar se você consegue cumprir que faça só duas horas por dia não tem um ponto para prova certificação”.

Assim interpreta-se que a gestão de pessoas no ramo pecuário se torna complexa visto que as necessidades da produção exigem maior disponibilidade de horários dos colaboradores que atuam no segmento, o que dificulta o planejamento e gestão das pessoas. Para solucionar tal problema seria necessário ter pessoal disponível para trabalhar em três turnos diferentes, respeitando o limite de horas trabalhadas de acordo com a legislação, contudo o custo de produção se eleva e se torna inviável, assim a empresa precisa trabalhar com o fornecimento de hora extra, quando necessário, para a equipe que possui.

O princípio 2 da certificação fala sobre a conservação da biodiversidade. As florestas são a melhor defesa contra as mudanças climáticas e a agricultura convencional é uma das principais causas do desmatamento e das emissões de gases de efeito estufa. Este princípio visa ajudar a prevenir o desmatamento e proteger a biodiversidade, os ecossistemas naturais e as áreas de alto valor de conservação dentro e ao redor de fazendas certificadas. A implementação da norma Rainforest Alliance para agricultura sustentável ajuda os produtores e empresas a demonstrarem seu interesse em cumprir com seus compromissos de produção e de abastecimento “livres de

desmatamento” e ajuda os consumidores a identificar produtos “livres de desmatamento” no mercado (RAINFOREST, 2017).

Dentro desse princípio tem um dos critérios críticos que a empresa direciona grande atenção que é a proibição da caça de animais na propriedade rural, além disso a empresa desenvolveu um controle onde todos os funcionários devem relatar o avistamento de animais silvestres nas áreas da propriedade. “A gente tem uma ficha de avistamento de animais, então eles precisam marcar, eu vi não sei o que, tudo que enxerga tem que marcar, é preenchido de acordo com que eles enxergam, é obrigado a preencher, todos os dias que ver alguma coisa anotar”. Além do controle de animais a empresa possui o controle de onde vem todo o insumo utilizado na propriedade, rastreando assim a origem para garantir que os mesmos não venham de áreas de desmatamento ilegal.

O terceiro princípio da certificação é voltado à conservação dos recursos naturais. A cuidadosa conservação dos recursos naturais é a base fundamental para a agricultura sustentável. Minimizar a poluição ambiental beneficia pessoas, polinizadores, animais e muito mais. Este princípio visa garantir a saúde do solo e da água, assim com reduzir o uso de agroquímicos e combustíveis fósseis. A implementação dos critérios neste princípio apoia as fazendas na conservação dos recursos naturais de forma que os impactos positivos, no tempo, são visíveis ao nível de paisagem (RAINFOREST, 2017).

Alguns defensivos são proibidos pela certificação, os produtores aplicam o manejo integrado de pragas para minimizar as perdas na produção relacionadas a pragas. A redução do uso de pesticidas e a prevenção de efeitos negativos das atividades de controle de pragas beneficiam produtores, trabalhadores, transeuntes e ecossistemas naturais, e como a natureza fica protegida “Porque não pode não pode caçar, pescar lá dentro, o lbama trás umas três vezes por ano, vários animais tartaruga, papagaio. Coloca lá aí a fazenda é responsável por cuidar. Eles vêm tudo com chip. depois de um período de adaptação, faz a liberação deles, mas não tem vínculo com certificação. Mas tudo isso é apresentado na certificação, porque agrega”.

Nesse sentido pode-se afirmar que a empresa pesquisada preserva os recursos naturais utilizando apenas os defensivos autorizados, desenvolvendo técnicas de manejo do solo e do gado que diminuem o impacto ao meio ambiente e preservando as características do solo e a fauna local.

O princípio 4 “melhores meios de vida e bem-estar humano”, também trata do pilar social da certificação, sempre preocupando-se com o trabalho humano dentro da organização, sendo que todos os seres humanos têm igual valor e devem ser bem tratados, e assim a norma Rainforest pretende proteger os direitos humanos e trabalhistas para os trabalhadores e suas famílias (RAINFOREST, 2017).

As exigências deste princípio incluem que a liberdade de associação dos trabalhadores seja plenamente respeitada. As fazendas pagam pelo menos o salário-mínimo e as horas extras

estabelecidos por cada país. A administração da fazenda e o administrador de grupo definem um plano para aumentar os salários dos trabalhadores e/ou melhorar os benefícios em espécie, de maneira que lhes conceda um salário decente que supra as necessidades essenciais dos trabalhadores e suas famílias, “para eles melhorou bastante, eles entenderam que precisam de descanso, porque o próprio funcionário às vezes fala que quer trabalhar 10 horas porque ganha mais, assim o salário vai dobrar chega o salário tá recebeu um monte, mas ele tá cansado. Ele não tem tempo para família. Então tem que ir tem que olhar para o funcionário. Tem que olhar se ele consegue pagar as contas dele se ele tem uma boa moradia como está a família dele, ele tem que visitar a família também, essas são exigências da certificação”.

O quinto princípio trata da produção de pecuária sustentável, esse somente se aplica a sistemas de semiconfinamento. A produção de gado pode representar um risco para o ambiente quando não é cuidadosamente gerenciada, através das emissões de gases de efeito estufa, através dos danos aos ecossistemas aquáticos, super pastejo e terras degradadas (RAINFOREST, 2017).

Em fazendas certificadas o gado é criado de acordo com práticas responsáveis. As fazendas acompanham os animais e tem programas de nutrição e saúde do rebanho que respeitam as restrições estabelecidas pela Rainforest para substâncias proibidas. As pastagens são selecionadas e manejadas com base em parâmetros agroecológicos, resistência a pragas, valor nutricional e taxas de produção, para garantir ótimo crescimento e evitar a degradação das pastagens. As fazendas praticam a pecuária responsável, através de um sistema de bem-estar animal que inclui o transporte seguro (RAINFOREST, 2017).

Na unidade pesquisada e em suas instalações o gado não é maltratado. Aos animais são fornecidos abrigo, água e alimento em suficiente qualidade e quantidade para garantir boa saúde e produtividade, por isso a propriedade pesquisada trabalha muito com o cuidado do gado, por ser critérios exigidos da certificação, mas também a carne fica mais nobre com os cuidados necessários, o gado precisa de sombra, ele precisa de uma água hidratada, isso tudo ocorre na propriedade rural pesquisada, garantindo o bem-estar animal. A maior preocupação com a saúde do animal está na logística para transportar o gado pois as rodovias de escoamento possuem diversos problemas como buracos e demais desgastes ocasionados pelo tempo e falta de manutenção, o que ocasiona maus-tratos aos bovinos “O gado não pode ficar tantas horas na estrada, precisa fazer análise da água do gado, Árvores plantadas ao entorno dos piquetes de confinamento, sabe que precisa da sombra que engorda melhor, menos estresse, e a carne se torna mais saudável”.

Por fim o quinto princípio que tem o foco direcionado para o confinamento é atendido na propriedade através de ações que melhoram o modo de produção, sendo as de maior destaque: o plantio de árvores ao entorno dos piquetes para promover o sombreamento do gado e a

diminuição de gases de efeito estufa na atmosfera; fornecimento de dieta balanceada de acordo com a era e a necessidade do gado; rastreamento do transporte e manejo de pastagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, ficou claro que os resultados sociais foram adquiridos, tendo como exemplos o fornecimento de água mineral e o uso dos EPIs pelos colaboradores, além disso a empresa presa por todas as questões sociais voltadas a sua equipe, considerando a legislação trabalhista e as exigências da certificação. Contudo muitas dificuldades foram apresentadas pela entrevistada, onde a principal é a aceitação dos colaboradores em respeitar o horário de trabalho é um dos fatores com maior rejeição pela equipe, pois a certificação não apoia o acúmulo de horas extras, nesse sentido se torna complexo atender tal critério, visto que rotineiramente é necessário manter o colaborador em suas atividades fora do seu horário de trabalho.

Os resultados ambientais foram os mais discutidos, pois de acordo com o que foi analisado esses são os resultados que mais agregam valor ao produto, além disso o foco voltado a preservação ambiental é algo provindo dos valores da empresa, ou seja, anteriormente a implantação da certificação a mesma já se preocupava com tais fatores. Para manter equilíbrio entre o bem-estar animal e a preservação ambiental a empresa plantou árvores ao redor de todos os piquetes onde o gado fica confinado, promovendo assim arborização do ambiente, diminui o stress animal por conta do sombreamento, aumenta a presença da fauna na propriedade.

Outro fator importante para o cunho ambiental da pesquisa é a compra de gado rastreado, ou seja, a propriedade sabe a procedência de todo o gado que possui, evitando assim comprar animais que podem ser provindos de áreas de desmatamento ilegal ou áreas indígenas que não podem ser utilizadas para produção pecuária. O rastreamento se estende também para o destino final do animal, possibilitando manter a segurança da procedência até a fabricação do produto final. Assim conclui-se que todos os objetivos da pesquisa foram atendidos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Lucélia. **Frigorífico de Tangará está entre os 25 autorizados pela China a exportar carnes**. Disponível em: <https://bemnoticias.com.br/frigorifico-de-tangara-esta-entre-os-25-autorizados-pela-china-a-exportar-carnes/>. Acesso em: 31 Out. 2019

ARAÚJO, Massilon J. **Fundamentos de agronegócios**. São Paulo, editora Atlas SA, 2000.

Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (ABIEC). Disponível em: <http://abiec.siteoficial.ws/images/upload/sumario-pt-010217.pdf>. Acesso em: 31 Out. 2019

BETTARELLO, Murilo. **Certificações Agropecuárias**. Disponível em: <http://www.viaverde.agr.br/artigo/certificacoes-agropecuarias>. Acesso em: 23 Set. 2019

CAMPOS, Lucila Maria de Souza; MELO, Daiane Aparecida de. Indicadores de desempenho dos Sistemas de Gestão Ambiental (SGA): uma pesquisa teórica. *Production*, v. 18, n. 3, p. 540-555, 2008.

CERTIFICAÇÃO VOLUNTÁRIA. Disponível em: http://icepex.org.br/?page_id=3817. Acesso em: 24 Set. 2019

CARVALHO, Maria Alcínia Borges Noutel da et al. **Formação de professores em educação de adultos**: estudo de caso, o ensino recorrente na Escola Secundária Rodrigues de Freitas. 2007.

CÓRDOVA, Fernanda Peixoto; SILVEIRA, Denise Tolfo. A pesquisa científica. GERHARDT, TE; SILVEIRA, DT Métodos de Pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 120, 2009.

DA FONSECA, João José Saraiva. Apostila de metodologia da pesquisa científica. João José Saraiva da Fonseca, 2002.

Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (IMAFLORA). **Imaflora concede primeiras certificações da Rainforest Alliance para negócios liderados por mulheres no mundo**. Disponível em: <http://imaflora.blogspot.com/2019/08/imaflora-concede-primeiras.html>. Acesso em: 03 Out. 2019

Instituto Matogrossense de Economia Agropecuária (IMEA). **PANORAMA DA PECUÁRIA DE MATO GROSSO**. Disponível em: <https://acrimat.org.br/portal/wp-content/uploads/2018/08/panorama-da-pecuaria.pdf>. Acesso em: 31 Out. 2019

Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO). **Sistema Brasileiro de Certificação (SBC)**. Disponível em: <http://www.inmetro.gov.br/qualidade/comites/sbc.asp>. Acesso em: 26 Set. 2019

MACHADO, Luís Armando Zago; BALBINO, Luiz Carlos; CECCON, Gessi. Integração lavoura-pecuária-floresta. 1. Estruturação dos sistemas de integração lavoura-pecuária. **Embrapa Agropecuária Oeste-Documentos (INFOTECA-E)**, 2011. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/923615>. Acesso em: 29 Out. 2019

NASCIMENTO, Luis Felipe. Gestão ambiental e sustentabilidade. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração-UFSC: CAPES, UAB [Brasília], 2012.

Organização Internacional de Normalização (ISO). Disponível em: <https://www.iso.org/about-us.html>. Acesso em: 01 Out. 2019

PALMIERI, Roberto Hoffmann. **Impactos socioambientais da certificação Rainforest Alliance em fazendas produtoras de café no Brasil**. 2008. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

Rainforest Alliance. Disponível em: <https://www.rainforest-alliance.org>. Acesso em: 26 Set. 2019

RODRIGUES, William Costa et al. Metodologia científica. **Faetec/IST. Paracambi**, 2007.

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). **Por que optar pela certificação voluntária sustentável?** Disponível em: <https://blog.sebrae-sc.com.br/por-que-optimar-pela-certificacao-voluntaria-sustentavel/>. Acesso em: 10 Out. 2019

SPERS, E. E. Segurança do Alimento in ZYLBERSTAJN, DE SEARE, RF Gestão da Qualidade no Agribusiness: estudos e casos. São Paulo, **editora Atlas**, 2003.

UDOP, União do Protetores de Bioenergia. **Cenário do Agronegócio mundial**. Disponível em: <http://www.udop.com.br/index.php?item=noticias&cod=1147323>. Acesso em: 29 Out. de 2019.

VIDIGAL, Inara de Pinho Nascimento. A Certificação Ambiental Como Instrumento Para a Competitividade Econômica e o Desenvolvimento Sustentável. **XXI Encontro Nacional COMPEDI/UFU**, p. 5039-5067, 2015.

ZÜGE, R. M.; VIEL, R. F A O; SAUPE, A. C.; FELIX, J. C. Avaliação da conformidade no agronegócio. In: **Congresso Brasileiro de Metrologia**, 2003, Recife-PE. Anais... Recife, SBM, 2003.